

Monticiano Participações S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2025.

Monticiano Participações S.A.

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	10

0

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Aos:
Administradores e cotistas da
Monticiano Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Monticiano Participações S.A.** ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Monticiano Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante a continuidade operacional

Chamamos atenção para nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia tem apurado prejuízos em suas operações de forma recorrente, além de apresentar passivo a descoberto em montante de R\$ 14.665, e excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes no montante de R\$ 60 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Esta situação suscita dúvida substancial sobre a continuidade operacional. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Ênfase

Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, que descreve que a Empresa mantém saldos e operações comerciais e financeiras em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Consequentemente, os resultados das operações da Empresa poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações semelhantes realizadas com partes não relacionadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de maio de 2026.



André Luiz Cabral da Silva
Contador CRC 1SP-270.311/O-5

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7

Monticiano Participações S/A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Balanco Patrimonial

	Notas	2025	2024		Notas	2025	2024
Ativo circulante				Passivo circulante			
Adiantamento a fornecedores	-	-	55	Fornecedores	-	27	206
				Obrigações tributárias	-	33	32
		<u>-</u>	<u>55</u>			<u>60</u>	<u>238</u>
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Depósitos judiciais	4	9	8	Partes relacionadas	6	6.252	5.698
Impostos a recuperar	-	4	4	Provisão para contingências	7	8.369	7.433
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	3	3			<u>14.621</u>	<u>13.131</u>
		<u>16</u>	<u>15</u>	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
				Capital social	8	715.505	715.505
				Capital a Integralizar	-	(34)	(34)
				Prejuízos acumulados	-	(730.136)	(728.770)
						<u>(14.665)</u>	<u>(13.299)</u>
Total do ativo		<u>16</u>	<u>70</u>	Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>16</u>	<u>70</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Monticiano Participações S.A.

Demonstração de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas (Despesas Operacionais)			
Gerais e administrativas	9	(430)	(250)
Outras receitas e despesas	-	(936)	(2.997)
Resultado Operacional		<u>(1.366)</u>	<u>(3.247)</u>
Resultado antes dos imposto de renda e contribuição social		<u>(1.366)</u>	<u>(3.247)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(1.366)</u>	<u>(3.247)</u>
Resultado por ação (em reais R\$)			
Quantidade de ações no exercício		476.917.180	476.917.180
Resultados básico e diluído por ação		<u>(0,00286)</u>	<u>(0,00681)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Monticiano Participações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do exercício	(1.366)	(3.247)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(1.366)</u>	<u>(3.247)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Monticiano Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)

	Capital social	Capital Social a Integralizar	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	715.505	(34)	(725.523)	(10.052)
Prejuízo do exercício	-	-	(3.247)	(3.247)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	715.505	(34)	(728.770)	(13.299)
Prejuízo do exercício	-	-	(1.366)	(1.366)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	715.505	(34)	(730.136)	(14.665)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Monticiano Participações S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(1.366)	(3.247)
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Provisão para contingência	936	2.997
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Adiantamento de fornecedores	55	
Depósitos judiciais	(1)	
Fornecedores	(179)	-
Obrigações tributárias	1	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(554)	(250)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação empréstimos partes relacionadas	554	250
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	554	250
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	-	-
No início do exercício	-	-
No final do exercício	-	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Monticiano Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Monticiano Participações S.A. ("Monticiano" ou "Companhia") foi constituída em 11 de junho de 2007, tendo como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista e em consórcios, no país ou no exterior. Os acionistas da Companhia estão apresentados na Nota 9(a).

Em abril de 2008, a Companhia adquiriu participação da Leitbom S.A. ("Leitbom") correspondente a 100% de seu capital social, pelo valor de R\$ 363.825.

Em junho de 2010, foi firmado acordo com a empresa Parmalat Brasil S.A. Indústria de Alimentos (em recuperação judicial) que previa o sublicenciamento exclusivo da marca Parmalat para a Leitbom. O referido acordo, com a devida anuência da proprietária da marca (Parmalat S.p.A.), tinha validade para o território nacional brasileiro e se estenderia, inicialmente, até 30 de dezembro de 2017 com possibilidade de renovação automática até 30 de dezembro de 2020. Dispõe também sobre o pagamento de royalties equivalente a 1,575% da receita líquida auferida pela Leitbom com a comercialização dos produtos da marca Parmalat. A marca Parmalat constituiu importante adição ao portfólio de produtos da Leitbom, a qual já possuía marcas fortes como Poços de Caldas, Paulista (direito de uso para requeijão) e a própria marca Leitbom.

Em julho de 2010, a Companhia de Alimentos Glória ("Glória") e a Companhia de Alimentos Ibituruna S.A. ("Ibituruna") aportaram suas marcas à Monticiano, dentre as quais se destacam Lady e Ibituruna e, em ato subsequente, a Monticiano aportou as mesmas na Leitbom. Em virtude desse aporte, as companhias Glória e Ibituruna tornaram-se acionistas da Monticiano com um total de 60% de participação no capital da Companhia.

Em janeiro de 2011, a Leitbom e a Laticínios Bom Gosto S.A. ("Bom Gosto") assinaram um acordo de fusão criando a Lácteos Brasil S.A. ("LBR"), uma companhia com atuação nacional, capaz de oferecer produtos e marcas, com perspectivas de crescimento de receita e de ganhos operacionais com a transferência de melhores práticas entre as companhias. Nessa transação também houve um aumento de capital na LBR no montante de R\$ 450.000, integralmente subscrito pelo BNDESPAR - BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR"). Após essa transação, a participação da Monticiano no capital da LBR foi diluída para 40,55% (anteriormente 100% na Leitbom).

Em 15 de fevereiro de 2013 a coligada LBR e suas controladas ajuizaram ação de Recuperação Judicial, que foi deferida em 22 de fevereiro de 2013 e publicado no Diário da Justiça em 8 de março de 2013. Em 6 de maio de 2013 foi divulgada a lista de credores atualizada e, em 10 de maio de 2013, foi realizada apresentação do Plano de Recuperação Judicial ("Plano"). A primeira e segunda Assembleia de Credores foram convocadas para ocorrer, respectivamente, em 29 de agosto de 2013 e em 30 de setembro de 2013. Todavia, foram ambas suspensas em virtude de falta de quórum. Em 9 de outubro de 2013 foi realizada a terceira Assembleia de Credores a qual aprovou o Plano.

Em 23 de outubro de 2013 o Plano foi homologado pelo juiz responsável sendo que a publicação ocorreu em 6 de novembro de 2013. Portanto, a partir desta data, torna-se vigente o Plano da Companhia perante os credores e o mercado.

Monticiano Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 11 de dezembro de 2013 foram convocados os membros do Conselho da administração da Monticiano para aprovar o orçamento da Companhia para o exercício de 2014, e aprovar a convocação de assembleia geral extraordinária para deliberação do fechamento do capital da Companhia. Na mesma data foi deliberado em assembleia geral o fechamento do capital da Companhia, bem como autorizado a administração da Companhia a adotar os atos necessários a implementação do referido fechamento de capital. Em 26 de fevereiro de 2014, a administração da Monticiano Participações S.A. recebeu um ofício da CVM confirmando a promoção do cancelamento de seu registro como Companhia aberta.

A Companhia incorreu nos anos 2025 e 2024 em prejuízos. Em 31 de dezembro de 2025, apresenta patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 14.665 e excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes em montante de R\$ 60. Conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa 6 (a) o único investimento da Companhia (coligada LBR – Lácteos Brasil S.A.) está reduzido a zero.

Como consequência a Monticiano não possui em 31 de dezembro de 2025 operações que gerem caixa e como resultado depende de mútuos e ou aportes de capital de seus acionistas, relacionados na nota 6, para honrar seus compromissos na medida em que vencem.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas e autorizadas para emissão pelos administradores da Companhia em 22 de maio de 2026.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Monticiano Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas, principalmente, nas notas explicativas:

3. Resumo das principais políticas adotadas

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3.1. Ativos e Passivos Financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); (ii) custo amortizado; e (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da entidade, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de “somente P&J”, ou seja, fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro.

Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes”.

Custo amortizado

São ativos mantidos dentro do modelo de negócio, cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e em termos contratuais derem origem a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (critério de “somente P&J”). O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros e cambiais e impairment são reconhecidas no resultado.

Monticiano Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando não atende aos critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. Os ativos financeiros derivativos estão contemplados nesta categoria. O resultado, incluindo juros ou receitas de dividendos, é reconhecido no resultado.

Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado.

Custo amortizado

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido de custos de transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são, por padrão, mensurados ao custo amortizado, exceto: (i) contratos de garantia financeira, (ii) compromissos de ceder empréstimos com taxa de juros abaixo do mercado, (iii) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para o desconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável. Um passivo financeiro será mensurado ao valor justo por meio de resultado, quando eliminar e/ou reduzir de forma significativa o descasamento contábil ou se o grupo passivo ser gerenciado ao valor justo.

Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) são apurados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

3.2 Avaliação do valor recuperável dos Ativos (teste impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.3 Provisões (Incluindo provisões para demandas judiciais)

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Monticiano Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais, como resultado de acontecimentos passados, é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das deficiências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantidas reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa

3.4. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real. De acordo com este regime de tributação, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende a carga tributária sobre o lucro corrente.

Corrente

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada no fim do exercício.

Monticiano Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, inclusive sobre os Ajustes de Avaliação Patrimonial, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

3.5. Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo período, considerando ajustes de desdobramento ocorridos no período.

A Companhia não possui operações que influenciam no cálculo do lucro diluído, portanto o lucro diluído por ação é igual ao valor do lucro básico por ação.

3.6. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com Resolução nº 1.296/10 do CFC que aprova a NBC TG 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa. Reflete as modificações no caixa, que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- **Atividades operacionais:** referem-se às principais transações da Sociedade e outras atividades que não são de investimento e de financiamento.
- **Atividades de investimento:** referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa.
- **Atividades de financiamento:** referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

3.7. Novos Pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

A Administração da Companhia acompanha continuamente as alterações nas normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e avalia os impactos potenciais em suas demonstrações financeiras.

Monticiano Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Pronunciamento contábeis vigentes

As seguintes alterações de pronunciamentos contábeis passaram a ser obrigatórias para os períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025:

- Alteração da norma (CPC 02) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – **Falta de conversibilidade**.

A Administração avaliou a aplicação desta alteração e concluiu que **não houve impactos relevantes** nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(i) Pronunciamentos contábeis emitidos e não efetivos

As normas e interpretações novas e alteradas, já emitidas pelo CPC, mas ainda não vigentes até a data de emissão destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

Alterações nas Normas Contábeis	Data de aplicação obrigatória
Alteração da norma (CPC 48) – Instrumentos financeiros: classificação e mensuração. Esclarece aspectos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Aplicação antecipada permitida.
Melhorias anuais nas Normas Contábeis – Alterações nos CPCs 37 (R1), 48, 36 (R3) e 03 (R2), abrangendo temas como hedge accounting na primeira adoção, ganhos e perdas em instrumentos financeiros, divulgação de risco de crédito, avaliação de agentes de fato e método de custo.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Aplicação antecipada permitida.
Revisão da norma (CPC 26 – R1) – Apresentação das demonstrações financeiras. Introduce novos requerimentos de apresentação e divulgação, incluindo informações sobre medidas de desempenho definidas pela administração (Management Performance Measures – MPMs).	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Aplicação antecipada permitida.
Emissão da norma (CPC 45) – Controladas sem obrigação pública de prestação de contas: divulgações. Estabelece requisitos de divulgação simplificados para entidades elegíveis.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Aplicação antecipada permitida.

4. Depósitos judiciais

	2025	2024
Depósitos judiciais	9	8
	9	8

Refere-se principalmente a depósito judicial relativo a processo de natureza civil no qual a Companhia atua no polo passivo como sucessor da demanda em processo cujo réu principal é a Parmalat do Brasil.

Monticiano Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Investimento

(a) Movimentação investimentos na LBR

Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2012	1.126.247
Baixa de ágio por impairment	(306.277)
Baixa de intangível por impairment – marcas Leitebom	(47.769)
Baixa de intangível por impairment – marcas contratos Leitebom	(27.678)
Baixa de intangível por impairment – marcas bacia leiteira Leitebom	(25.607)
Efeito dos impostos diferidos sobre o impairment dos intangíveis 34%	34.358
Efeito reflexo de opção de compra de ações	2.010
Participação nos resultados de coligada	(743.202)
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2012	12.082
Amortização de intangíveis	(420)
Baixa de intangível por impairment – marcas Leitebom	(7.554)
Baixa de intangível por impairment – marcas contratos Leitebom	(1.328)
Baixa de intangível por impairment – marcas bacia leiteira Leitebom	(8.789)
Efeito dos impostos diferidos sobre o impairment dos intangíveis 34%	6.009
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2025 e 2024	-

Conforme previsto no CPC 18 (R2) - "Investimento em Coligada e em Controlada", após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais devem ser consideradas, e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o investidor tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da investida.

Nesse contexto, o resultado da participação no prejuízo da coligada foi limitado ao montante que reflete o valor do investimento a zero, levando em consideração os seguintes aspectos:

- O total de participação detido hoje pela Monticiano, caracteriza a LBR como sendo única e exclusivamente sua coligada, uma vez que a Monticiano não a controla, sendo assim, seu investimento é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial.
- A Monticiano não possui cobertura de garantias, avais, fianças, hipotecas ou penhor concedido em favor da LBR, bem como, entende que a LBR não apresenta, no presente momento, uma perda permanente ou que a LBR tenha risco de paralização de suas atividades.
- A Monticiano não efetua nenhum pagamento em nome de ou por conta e ordem da LBR e tampouco possui qualquer obrigação legal pelo pagamento de despesas e custos incorridos pela LBR.
- O Plano de Recuperação Judicial da coligada LBR apresentado e aprovado por seu Conselho de Administração não contempla ou necessita de qualquer aporte financeiro da Monticiano.
- O acordo de acionistas da Monticiano e da LBR é omissivo quanto às responsabilidades ou deveres da Monticiano na situação da possível liquidação da LBR, prevalecendo o previsto na Lei das S.A.

O saldo de investimentos da Monticiano em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é zero em virtude do Patrimônio Líquido negativo da LBR em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Monticiano Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Recuperação judicial da coligada LBR

A coligada LBR Lácteos Brasil S.A. (em Recuperação Judicial) tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentou excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no encerramento do exercício de 2015, no montante de R\$ 660.340 mil (R\$ 1.678.862 mil no consolidado). Além disso, a LBR apurou prejuízo no exercício findo naquela data no montante de R\$ 272.743 mil (R\$ 272.904 mil no consolidado). Adicionalmente, conforme descrito na Nota 1.1 às demonstrações financeiras da coligada LBR de 31 de dezembro de 2015, a coligada da Companhia teve seu pedido de Recuperação Judicial (RJ) deferido em 21 de março de 2013, nos termos da Lei no 11.101/05, sendo que em 10 de maio de 2013 foi apresentado em juízo seu Plano de Recuperação (vide Nota 1.2.4 da coligada LBR), cuja viabilidade depende de aprovação em assembleia geral de credores. A continuidade normal das operações da coligada da Companhia depende, portanto, do êxito do processo de recuperação judicial e das medidas que estão sendo adotadas e outras que venham a ser adotadas pela sua administração.

A administração da coligada da Companhia, contudo, tem plena confiança de que o plano de recuperação judicial permitirá que a LBR siga no pressuposto de continuidade operacional.

A LBR, coligada da Companhia, ajuizou, em 15 de fevereiro de 2013, ação de recuperação judicial perante a Vara de Falências e Recuperação Judiciais de São Paulo, pedido esse que foi deferido no dia 21 do mesmo mês.

Como parte do processo de recuperação judicial, a LBR e suas controladas são obrigadas a apresentar um Plano de Recuperação Judicial, conforme previsto no artigo 53 da Lei no 11.101 de 9 de fevereiro de 2005. Referido plano deve conter: (a) a descrição pormenorizada dos meios de recuperação a serem empregados; (b) demonstração de sua viabilidade econômica; e (c) laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado.

Com base nos quesitos da Lei, a LBR elaborou o Plano de Recuperação Judicial ("Plano") o qual busca reestruturar as operações da LBR de modo a permitir: (i) a sua preservação como fonte de geração de riquezas, tributos e empregos; (ii) a preservação e efetiva melhora no seu valor econômico; e (iii) o pagamento dos seus credores nos termos e condições apresentados.

O Plano foi apresentado em juízo no dia 10 de maio de 2013, acompanhado da discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a serem empregados, da demonstração de sua viabilidade econômica e dos laudos econômico-financeiros e de avaliação dos bens e ativos da LBR.

Em 4 de julho de 2013 foi publicado edital contendo aviso aos credores sobre o recebimento do Plano e fixando o prazo para a manifestação de eventuais objeções em até 30 dias a contar da data de publicação do edital.

Em 31 de julho de 2013 o juiz convocou para o dia 29 de agosto de 2013, assembleia geral de credores para deliberar sobre o Plano. Em 9 de outubro de 2013 o plano de recuperação foi aprovado em assembleia de credores, passou a vigor a partir de 23 de outubro de 2013, data da homologação pelo juiz responsável.

Monticiano Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 9 de outubro de 2013 foi realizada a terceira Assembleia de Credores a qual aprovou o Plano. Em 23 de outubro de 2013 o Plano foi homologado pelo juiz responsável sendo que a publicação ocorreu em 6 de novembro de 2013. Portanto, a partir desta data, torna-se vigente o Plano da LBR perante os credores e o mercado.

De acordo com o Plano de Recuperação aprovado a LBR poderá a qualquer tempo até o 60 mês decorrido desde a homologação do PRJ, antecipar o pagamento da dívida a todos os credores da classe com garantia real, em parcela única, com desconto de 37,80% sobre o saldo devedor existente na data da antecipação do pagamento, com os encargos acima estipulados. Os juros serão de 100% do CDI, com pagamento inicial em junho de 2016. Já o principal será pago em 6 parcelas semestrais iguais com início em junho de 2021 e quitação em dezembro de 2023.

Os credores quirografários financeiros, incluindo debentures, tiveram desconto de 80% de seus respectivos créditos reconhecidos na Recuperação Judicial, representado uma redução de passivos financeiros no valor de R\$ 318.596.

Em continuidade ao processo de Recuperação Judicial, e, conforme previsto no Plano, em 22 de abril de 2014, a LBR, com a concordância da Administradora Judicial, obteve autorização do Juízo para iniciar procedimento de alienação de Unidades Produtivas Isoladas (UPIs). Essa medida tem por objetivo adequar a estrutura de capital da LBR ao tamanho de suas operações, preservando empregos e a relação com os produtores de leite.

Em 5 de julho de 2014, foi publicado “Edital de Oferta Pública, por meio de Propostas Fechadas, para Alienação Judicial de UPIs e Convocação de Assembleia Geral de Credores”, que estabeleceu as condições e regras a serem observadas pelos interessados na aquisição das UPIs, objeto da alienação judicial.

Conforme consta no edital, as propostas entregues em envelopes fechados, foram recebidas em audiência pública presidida pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 14 de julho de 2014. Nesta mesma data, foram entregues pela LBR, para juntada aos autos, as avaliações das UPIs elaboradas por empresa especializada.

Houve 16 proponentes que apresentaram propostas para diferentes combinações de UPIs que, após harmonização por parte da LBR, foram submetidas à Assembleia Geral de Credores, convocada para os dias 28 de julho de 2014 e 4 de agosto de 2014, para aprovação da proposta que apresentava a melhor condição financeira e menor saída de caixa para a LBR.

Na sessão do dia 21 de agosto de 2014, após ampla discussão e análise, os credores aprovaram por unanimidade a combinação de propostas recomendada pela coligada da Companhia para a venda de 14 UPIs. Essa combinação foi considerada a mais favorável aos interesses coletivos, por permitir a entrada do maior montante de dinheiro à vista no caixa da coligada da Companhia, possibilitando a liberação dos gravames de responsabilidade da LBR.

Em 28 de outubro de 2014, após manifestação favorável da Administradora Judicial, o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo homologou a venda das UPIs na forma deliberada em AGC.

Monticiano Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A decisão judicial que homologou a venda de UPIs foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico no dia 6 de novembro de 2014.

As empresas que adquiriram os ativos objeto da alienação judicial, e seus correspondentes valores propostos e aceitos, estão descritos a seguir:

- Lactalis do Brasil Comércio, Importação e Exportação de Laticínios Ltda. (“Lactalis”) - R\$ 250.000;
- ARC Medical Logística Ltda. (“ARC Logística”) - R\$ 203.300;
- Colorado Imóveis e Participações Ltda. (“Colorado”) - R\$ 40.177;
- Laticínios Bela Vista Ltda. (“Bela Vista”) - R\$ 25.000;
- Cooperativa Agropecuária Vale do Rio Doce (“CVRD”) - R\$ 9.828;
- Agricoop – Cooperativa Central Agrofamiliar (“Agricoop”) - R\$ 6.000.

Com a venda de todas as unidades, a LBR arrecadará um montante total de R\$ 534.305, na forma indicada nas respectivas propostas aprovadas em AGC, sendo importante destacar que a totalidade dos funcionários empregados nas UPIs em alienação será transferida diretamente, sem demissão aos adquirentes.

Com expedição e entrega das cartas de arrematação, a qual se encontra pendente de emissão, os recursos a serem recebidos pela coligada da Companhia indicam ser suficientes para providenciar o cancelamento dos gravames de responsabilidade da LBR, avaliados em um total de R\$ 452.149, conforme relacionado a seguir:

- Credores com garantia real - R\$ 83.730;
- Antecipação de arrendamentos - R\$ 94.000;
- Retrovenda de ativos - R\$ 132.500;
- Quitação de alienação fiduciária - R\$ 139.900; e
- Leasing - R\$ 2.019.

Além disso, a coligada da Companhia pode fazer o “leilão holandês” (pagamento antecipado de credores), com deságio mínimo de 50% do valor da dívida, previsto no Plano de Recuperação Judicial e/ou vender ativos que não estavam incluídos na alienação judicial realizada em agosto de 2014. Dentre os ativos que existentes e que não estão operando, existem várias fábricas inativas pelo país, não estando descartada a possibilidade de recolocar alguma destas fábricas em operação, caso as margens brutas a serem geradas sejam interessantes financeiramente.

Conforme aprovado em Assembleia Geral de Credores datada de 21 de agosto de 2014, quando do recebimento de parte dos recursos financeiros provenientes das vendas das UPIs, a LBR depositará recursos, no valor de R\$ 48.856, em uma conta corrente em uma determinada instituição financeira que funcionará como uma conta bancária restrita “escrow account” para o provisionamento das obrigações financeiras do Plano de Recuperação Judicial de credores classe III, representados por fornecedores essenciais e fornecedores não essenciais, nos valores de R\$ 22.605 e de R\$ 26.251, respectivamente, exigíveis durante o período de supervisão judicial.

Monticiano Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O período de supervisão judicial da Recuperação Judicial da coligada da Companhia estava previsto para encerrar em 27 de novembro de 2015, todavia o plano continua em aberto. Durante este período, serão cumpridos os compromissos previstos no Plano de Recuperação Judicial sem previsão de ocorrer mudanças na gestão da coligada da Companhia.

(c) Teste de impairment nos ativos intangíveis

Em dezembro de 2013 os ativos intangíveis foram totalmente baixados como resultado do teste de impairment realizado.

Em dezembro de 2025 e 2024, o saldo de ativos intangíveis permaneceu zero devido a ter ocorrido alterações nas perspectivas de realização do ativo.

6. Partes relacionadas

	2025	2024
Conta corrente – Nadati	5.024	5.024
GP Investimentos Ltda.	55	54
Local Advisors Participações Ltda	136	136
Apodi Empreendimentos Imobiliários Ltda.	804	250
Outras contas a pagar	233	234
	6.252	5.698

Durante o exercício de 2025 a Companhia, realizou a captação de empréstimos de seus acionistas para a quitação de suas obrigações legais, a operação não possui a incidência de cobrança de atualização monetária.

SalDOS em 31 de dezembro de 2023	5.448
Captações	250
Pagamentos	-
SalDOS em 31 de dezembro de 2024	5.698
Captações	554
Pagamentos	-
SalDOS em 31 de dezembro de 2025	6.252

7. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com fundamento em opiniões de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e ações trabalhistas, com base na experiência referente às quantias em discussão, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as eventuais perdas estimadas com as ações em curso.

Monticiano Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Processos trabalhistas	8.369	7.433
	8.369	7.433

Movimentação sumária do montante provisionado

Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.436
Provisão / novos processos	2.997
Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.433
Provisão / novos processos	936
Saldo em 31 de dezembro de 2025	8.369

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia tem processos tributários, trabalhistas e cíveis avaliados pelos assessores legais como tendo possibilidades de perdas “possíveis”, que totalizam aproximadamente R\$ 513 (R\$ 1.553 em 2024). Com base na análise dos correspondentes processos judiciais, e suportados por opinião de seus consultores jurídicos, a Administração entende que em vista destes prognósticos de perda “possíveis”, os montantes não são provisionados.

8. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Capital Social

Como consequência do assunto mencionado na nota explicativa nº 5(b), em 22 de novembro de 2018 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, que extinguiu o Conselho de Administração da Companhia e consignou a dissolução parcial da Companhia através do cancelamento de 177.439.565 ações ordinárias e 397.347.649 ações preferenciais, com a consequente retirada da sociedade do Fundo de Investimento em Participação VRC Consumo 8 e conselheiros.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia é de R\$ 715.505 sendo dividido em 476.817.180 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, composto da seguinte forma:

Acionista	ON	%
GP Dairy I, LLC - Nadati, LLC	456.938.566	95,83%
GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações	19.878.614	4,17%
Total	476.817.180	100%

Reserva legal:

A Companhia está autorizada a apropriar, no mínimo, 5% do lucro líquido anual para a reserva legal, sendo limitada a 20% do capital social.

Reserva para novos investimentos:

Efetuada a destinação do valor à reserva legal, a Companhia destina 71,25% do lucro líquido, na forma do artigo 194 da Lei no 6.404/76, com limite máximo da reserva de até 100% do capital social, a reserva para realização de novos investimentos, respeitado em qualquer caso o limite global do artigo 199 da mesma lei.

Monticiano Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após as destinações do lucro do exercício, considerando ainda a absorção de prejuízos acumulados em exercícios anteriores, o total das reservas de lucros, com exceção da reserva de lucros a realizar, ultrapassou o limite previsto no artigo 199 da Lei no 6.404/76, que determina o valor das reservas de lucro não pode ultrapassar o saldo do capital social. Tendo este limite sido atingido, propõe que a assembleia delibere sobre a aplicação do excesso retido na reserva para novos investimentos na integralização ou no aumento do capital.

9. Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Despesas com prestadores de serviços	(430)	(250)
	<u>(430)</u>	<u>(250)</u>

10. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros atualmente utilizados pela Companhia restringem-se, substancialmente, a contas a pagar nacionais e operações com partes relacionadas, estando reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios contábeis adotados pela Administração. A Companhia não possui movimentações relevantes em contas bancárias, tampouco empréstimos e financiamentos contratados junto a instituições financeiras, sendo as operações de captação concentradas em transações com partes relacionadas.

Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais voltadas à manutenção da liquidez e minimização de riscos financeiros. A Companhia não realizou aplicações de caráter especulativo, operações com derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Considerando o prazo e as características destes instrumentos financeiros, os valores contábeis aproximam-se de seus valores justos.

Política de gestão de riscos financeiros

Companhia possui e segue a política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos desta política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

Monticiano Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora e gerência permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

(ii) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

(iii) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta a flutuações nas taxas de câmbio, que podem aumentar os saldos de passivos em moeda estrangeira. Portanto, a Companhia mantém controles internos, visando capturar estas variações das taxas de câmbio em seus passivos, de modo que os possíveis prejuízos possam ser mitigados.

(iv) Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

Caixa e equivalentes de caixa

O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

Monticiano Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes, entre a data base das demonstrações financeiras e sua emissão, que pudessem afetar significativamente a análise da situação patrimonial e financeira, bem como os resultados apresentados da Companhia.